SUMÁRIO
Presidência do Ministério:
Rectificação ao decreto n.º 10:592, que cria o Conselho Nacional de Ar.

Ministério do Interior:
Decreto n.º 16:621 — Eleva à categoria de cidade a vila de Chaves, do distrito do Vila Real.
Portaria n.º 6:015 — Dota com uma seção o quadro da Câmara Municipal de Portel, na qual serão tratados todos os assuntos que à extinta Administração do concelho pertenciam.
Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 16:565, que promulga várias disposições relativas ao abastecimento de água à cidade de Lisboa.
Decreto n.º 16:632 — Reforça a dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 21.º, do orçamento do Ministério, sob a rubrica de «Despesas imprevistas de ordem pública».

Ministério da Marinha:
Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 5:993, que anula as várias portarias referentes a lotações do cruzador Vasco da Gama e fixa a lotação que o mesmo navio passa a ter no estado de completo armamento.
Rectificação ao decreto n.º 16:135, que regula as lotações das tripulações dos navios da marinha mercante nacional.

Ministério do Comércio e Comunicações:
Portaria n.º 6:016 — Aprova um aviso público, proposto pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal.
Portaria n.º 6:017 — Aprova um aditamento à classificação geral em vigor nas linhas do Sul e Sueste e Minho e Douro, apresentado pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Ministério da Instrução Pública:
Decreto n.º 16:623 — Introduz várias modificações no estatuto da instrução universitária.
Decreto n.º 16:624 — Dá ao Museu Etnológico Português o nome de Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
Direcção Geral de Administração Política e Civil

Decreto n.º 16:621

Considerando que a vila de Chaves é hoje um centro urbano importante, com um movimento que não só iguala mas até excede o de algumas cidades do País;
Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:
Hei por bem decretar, para valor como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É elevada à categoria de cidade a vila de Chaves, do distrito do Vila Real.
Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram o façam cumprir e guardar tan inteiramente como se lhes contém.


Portaria n.º 6:015

Sendo de reconhecida necessidade a criação de um organismo que, fazendo parte do quadro da secretaria da Câmara Municipal do concelho de Portel, distrito de Évora, seja destinado exclusivamente a assuntos que eram versados na extinta Administração do mesmo concelho; manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, tendo em vista o que dispõe o artigo 28.º (transitório) do decreto n.º 14:812, de 31 de Dezembro de 1927, e com fundamento no que foi deliberado pelo competente comissão administrativa, que o quadro da citada Câmara seja dotado com uma secção que será chefiada pelo secretário da extinta Administração do mesmo concelho, e na qual serão tratados todos os assuntos que a referida Administração pertenciam.

Paços do Governo da República, 15 de Março de 1929. — O Ministro do Interior, José Vicente de Freitas.

PRESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO

Para os devidos efeitos se declara que no decreto-lei n.º 16:592, de 21 de Fevereiro de 1929, com referência ao § 1.º do artigo 4.º, onde se lê: «Um amanuense», deve ler-se: «Um terceiro oficial».

Secretaria Geral, 15 de Março de 1929.— O Secretário Geral, José Martinho Simões.
Direção Geral de Saúde
Repartição de Saúde

Por ter sido inexistente no Diário do Governo n.º 52, 1ª série, de 8 de Outubro, o Decreto n.º 16:565 do Decreto n.º 16:622 do ano de 1926, per força do disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 16:565, de 8 de Outubro de 1926, sob proposta do Ministro do Interior, depois do ouvido o Conselho de Ministros, nos termos da 1.ª parte da condição 22.º do contrato aprovado por carta de lei de 2 de Julho de 1867: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º O preço do água fornecida para consumo público pela Companhia das Águas de Lisboa continua a ser de 1€30 por metro cúbico. O preço mensal do aluguer dos contadores de pressão continua a ser de 1€50 e o dos contadores de ar livre de 850.

Artigo 2.º Constituir-se-á receita para obras, que terão início imediato e são destinadas ao melhoramento e abastecimento de águas à cidade de Lisboa:

a) 610 por metro cúbico de água fornecida para consumo público;
b) O rendimento proveniente do preço do aluguer dos contadores e da parte restante do preço do metro cúbico de água fornecida para consumo público, depois de deduzidos:

O dividendo a distribuir, que não poderá exceder a quantia de 325.000€.

As despesas do custeio e administração da Companhia das Águas de Lisboa, sancionadas pela fiscalização do Governo e da Câmara junto da mesma Companhia.

As despesas até a verba atualmente inscrita para salários e vencimentos normais a cargo da Companhia.

Artigo 3.º Poderão ser retiradas as vantagens concedidas por este decreto a a Companhia das Águas de Lisboa deixar por sua parte de cumprir as obrigações que lhe são impostas.

§ único. Em tudo quanto não está regulado expressamente pelo presente decreto observar-se-á, na parte aplicável, quanto a todas as quaisquer infrações e seus preceitos, cometidas pela Companhia, o disposto nas leis de 2 de Julho de 1867 e 7 de Julho de 1898.

Artigo 4.º São extensivos às obras que se façam nos termos do § 1.º do artigo 1.º os benefícios e direitos garantidos à Companhia das Águas de Lisboa em relação a todas as obras previstas nas leis de 2 de Julho de 1867 e 7 de Julho de 1898.

Artigo 5.º É instituída uma comissão técnica, permanente, para deliberar sobre os progressos e obras que tenham de se fazer na conformidade deste decreto e ainda em todas as que se refiram ao abastecimento de água e seu melhoramento na cidade de Lisboa, servindo-a, em Întero do Interior, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 16:192, de 12 de Março de 1926. Essa comissão funcionará junto da Direção Geral de Saúde, sob a presidência do respectivo director-geral, e será composta, além deste, por dois engenheiros a nomear pelo Ministro do Interior, um contabilista e três médicos da Direção Geral de Saúde, indicados por esta.

§ 1.º A um dos engenheiros pertencente a fiscalização de todas as obras que venham a ser executadas, sendo este encargo, sempre que se necessar, considerado comissão de serviço público.

§ 2.º A contabilista, ao qual será atribuída uma gratificação mensal, pertencente a fiscalização das receitas destinadas às obras previstas no § 1.º do artigo 1.º deste decreto e da sua aplicação, ficando responsável perante a Direção Geral da Administração Política e Civil.

Artigo 6.º O decreto aprovado no balanço da Companhia relativao ao ano de 1927 será satisfeito pela verba «Receita para obras novas».

Artigo 7.º Ficam por esta forma substituídos os decretos n.º 5:834, 12:478, 14:494 e 14:848, respectivamente de 10 de Fevereiro de 1923, 8 de Outubro de 1926, 2 de Outubro de 1927 e 4 de Janeiro de 1928, o revogando toda a demais legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e do Ministro do Interior assim o tenha entendido o faça executar. Paços do Governo da República, 26 de Fevereiro de 1928.—António Oscar de Fragoso Carmona—José Vicente de Freitas.

3.º Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 16:622

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do Decreto n.º 16:740, de 26 de Novembro de 1926, per força do disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 16:381, de 9 de Abril de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 1:100.000€ a dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 21.º, do orçamento do Ministério do Interior para o ano económico de 1926—1929, sob a rubrica de «Despesas imprevistas de ordem pública», anualizando-se no capítulo 4.º do mesmo orçamento as seguintes importâncias:

No artigo 18.º—Policia de Segurança Pública de Lisboa, 700.000€.

No artigo 19.º—Pessoal aposentado das polícias dos distritos do continente e ilhas, 400.000€.

Artigo 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumprir e fazem cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.


MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada
Repartição do Pessoal

Por ter sido inexistente a referida, novamente se publica a portaria abaixo transcrita, publicada no Diário do Governo n.º 54, 1ª série, de 7 de Março, a p. 59:

Portaria n.º 5:993

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, anular as várias portarias referentes
a lotações do cruzador Vasco da Gama, e que o mesmo navio passe a ter, no estado de completo armamento, a seguinte lotação:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Briga da marinha</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sargento ajudante de manobra</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeiro sargento de manobra</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeiro sargento enfermeiro</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Sargento instrutor geral</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Segundos sargentos de manobra</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Sargento artilheiro</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Cabo instrutor geral</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Cabo de manobra</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Cabo sinalheiro</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Marinheiros de manobra</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Marinheiros sinalheiros</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Grumetes de manobra</td>
<td>48</td>
</tr>
<tr>
<td>Clarins</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Despenseiros de 1.ª ou 2.ª classe desapareceram</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Despenseiro de 3.ª classe</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeiros cozinheiros</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Segundos cozinheiros</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Criados de câmara</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Padreiro</td>
<td>1</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Briga da artilharia</th>
<th>99</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Primeiros sargentos artilheiros</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Segundos sargentos artilheiros</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Sargento artilheiro</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Cabo artilheiros</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Marinheiros artilheiros</td>
<td>52</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Briga de mecânicos</th>
<th>64</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sargento ajudante condutor de máquinas</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeiros sargentos condutores de máquinas</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Segundos sargentos condutores de máquinas</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Sargento artilheiro torpedeiro</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Sargento artilheiro serralheiro</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Sargento telegrafista</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Sargento torpedeiro</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Cabo fogoeiro</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Cabo torpedeiro</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Marinheiros fogoeiros</td>
<td>32</td>
</tr>
<tr>
<td>Marinheiros torpedeiros</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Marinheiros telegrafistas</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Grumetes fogoeiros</td>
<td>24</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Total** | 264 **85**

**Nota:**
Quando haja rancho de guardas-marinhos ou aspirantes será aumentada a lotação de 1 despenseiro, 1 cozinheiro e 1 criado.

Paços do Governo da República, 1 de Março de 1929. — O Ministro da Marinha, Anta de Mesquita Guimarães.

---

**DIÁRIO DE GOUVERNO**

18 DE MARÇO DE 1929

---

**MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES**

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

**Divisão de Exploração**

**Portaria n.º 6016**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, concordando com parecer do Conselho Superior de Caminhos de Ferro, aprovar o Aviso ao público proposto pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, pelo qual se anuncia o estabelecimento de bilhetes de ida e volta em 3.ª classe, às sextas-feiras, de diversas estações para a de Fontainhas e de dois comboios entre Póvoa e Fontainhas, com a condição de no mencionado «Aviso» ser transformado em tarifa especial a parte que se refere a bilhetes e suas condições e em aditamento ao «Cartaz-hourário» n.º 4 a parte relativa aos comboios.

Paços do Governo da República, 14 de Março de 1929. — O Ministro do Comércio e Comunicações, José Vicente de Freitas.

---

**Portaria n.º 6017**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, concordando com o parecer do Conselho Superior de Caminhos de Ferro, aprovar o aditamento à classificação geral em vigor nas linhas do Sul e Sueste e Minho e Douro, apresentado pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, pelo qual se permite o agrupamento de quaisquer madeiras a que o mencionado aditamento se refere, para a constituição da carga mínima de vaga completo ou pagando como tal.

Paços do Governo da República, 14 de Março de 1929. — O Ministro do Comércio e Comunicações, José Vicente de Freitas.

---

**MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico

**Decreto n.º 46.623**

Considerando que se torna necessário adoptar para o ensino superior um conjunto de medidas que permitam
uma maior eficácia da actividade docente do seu professorado e um maior rendimento de trabalho científico;

Considerando que convêm neste sentido introduzir as necessárias modificações no actual estatuto da instrução universitária;

Considerando porém que algumas dessas medidas, implicando aumento de despesa, não são por enquanto compatíveis com as condições do Tesouro Público;

Considerando que há todavia disposições cuja adopção, sendo por um lado aconselhada pela experiência e pelo exemplo dos países de mais adiantada cultura, não implique por outro lado acréscimo de encargos para o Erário Público, como são entre outras as que se referem à garantia da necessária renovação nos cargos de direcção e outros não docentes, as que dizem respeito ao número, natureza e mais condições das provas a prestar no sentido de uma selecção mais perfeita de professores e de alunos, etc.,

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12740 de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15331 de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valor como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 4.º do estatuto da instrução universitária (decreto n.º 12426 de 2 de Outubro de 1926) passa a ser assim redigido:

Artigo 4.º A assembleia geral da Universidade é constituída pelo reitor, que é o presidente nato, e pelo vice-reitor, pelos professores catedráticos, pelos vogais do Senado que dela não façam parte por outro título, por três representantes, por Faculdades ou Escola, um dos professores auxiliares, um dos assistentes e outro dos estudantes. Serve de secretário o secretário geral da Universidade.

§ único. A eleição destes representantes far-se há por escrutinio secreto, no mês de Novembro de cada ano, sob a presidência do director da Faculdade ou Escola respectiva, sendo por este indicados, por meio de edital, o dia, a hora e o local com dez dias, pelo menos, de antecedência.

Art. 2.º O artigo 5.º passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 5.º O reitor será livremente escolhido pelo Governo entre os professores do ensino superior e juizes de Relação e do Supremo Tribunal de Justiça. O vice-reitor será eleito pela assembleia geral da Universidade, devendo a eleição ser comunicada em lista tríplice ao Governo, que nomeará um dos eleitos.

§ 1.º O vice-reitor será eleito por três anos, podendo ser reeleito por mais um triénio.

§ 2.º Quando o reitor por qualquer motivo cesse definitivamente de exercer as suas funções, assume a reitoria, até a nomeação do novo reitor, o vice-reitor, passando as funções deste a ser exercidas pelo professor mais antigo, de entre os que tiverem assento no Senado.

§ 3.º Quando as funções do vice-reitor cessem definitivamente por qualquer motivo, proceder-se há a nova eleição dentro do prazo de um mês.

Art. 3.º O artigo 7.º passa a ser assim redigido:

Artigo 7.º O Senado Universitário é constituído:

a) pelo reitor, que é o presidente nato, e pelo vice-reitor;

b) pelos directores de cada uma das Faculdades e escolas;

c) pelos delegados dos professores catedráticos de cada Faculdade ou escola;

d) por um professor auxiliar, representante dos professores auxiliares;

e) por um assistente, representante dos assistentes;

f) por um estudante, representante dos estudantes.

§ 1.º Os delegados e representantes a que se referem as alíneas c), d) e e) são eleitos por três anos, podendo ser reeleitos por mais um triénio, e o da alínea f) será eleito anualmente.

§ 2.º As eleições dos vogais a que se referem as alíneas c), d) e e) realizar-se hão na segunda quinzena de Julho por cada triénio, devendo os eleitos considerar-se em exercício a partir do dia 1 de Outubro seguinte; as eleições dos vogais a que se refere a alínea f) efectuar-se hão em Novembro de cada ano, entrando o eleito imediatamente em exercício.

§ 3.º As eleições dos vogais a que se referem a alínea c) serão realizadas em sessão do conselho escolar respectivo, expressamente convocado;

§ 4.º As eleições dos vogais a que se referem as alíneas d), e) e f) serão presididas pelo reitor, sendo por este indicado, por meio de edital, o dia, a hora e o local, com dez dias pelo menos de antecedência.

§ 5.º Serve de secretário do Senado o secretário geral da Universidade.

Art. 4.º O n.º 7.º do artigo 12.º passa a ser assim redigido:

7.º Presidir à assembleia geral da Universidade, ao Senado Universitário, aos concursos para professores catedráticos e aos concursos para professores auxiliares. O reitor não tem habitualmente de assistir às sessões dos conselhos escolares, a menos que seja expressamente convidado ou que, sendo professor, o trate de qualquer assunto respeitante aos cursos que reger. Em qualquer dos casos o reitor presidirá à sessão a que assistir, embora delegue no respectivo director a apresentação dos assuntos sobre que o conselho escolar deva deliberar. O reitor, quando seja professor, só poderá fazer parte dos júris dos exames respeitantes a cursos que tenha regido, cabendo-lhe nesse caso a presidência do júri, ainda que tenha de interrogar.

Art. 5.º O artigo 14.º passa a ser redigido nestes termos:

Artigo 14.º Na falta ou impedimento transitório do reitor substitui-o o vice-reitor. No impedimento dos dois assume a reitoria o professor mais antigo de entre os que têm assento no Senado.

Art. 6.º O artigo 19.º passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 19.º Preside ao conselho o director e serve de secretário o secretário da Faculdade ou escola.

§ 1.º O director e o secretário das diversas Faculdades ou escolas são eleitos entre os professores catedráticos por escrutínio secreto, respectivamente, por três e dois anos, podendo o director ser reeleito por mais um triénio e o secretário por mais um biênio. A eleição será comunicada ao Governo em lista tríplice para o cargo de director e em lista dupla para o de secretário, devendo ser nomeado para cada um deles cargos respectivamente um dos eleitos de cada lista.
§ 2.º A eleição do director ou do secretário realizar-se há na segunda quinzena de Julho respectivamente de cada período estabelecido no parágrafo anterior, devendo estar presente a maioria dos professores catedráticos em efectivo serviço, convocados expressamente, pelo menos com cinco dias de antecedência. O director e o secretário entram em exercício no dia 1 de Outubro seguinte.

§ 3.º Na falta ou impedimento do director ou do secretário exercerão as suas funções respectivamente o professor mais antigo e o mais moderno.

§ 4.º O director dumha Faculdade ou Escola não pode acumular este cargo com o de reitor, vice-reitor ou director de outra Faculdade ou Escola Universitária.

§ 5.º A aceitação dos lugares de director e secretário é obrigatória para todos os professores catedráticos em exercício.

Art. 7.º O artigo 26.º passa a ter a redacção seguinte:

Artigo 26.º As bibliotecas das Faculdades e Escolas terão um director eleito por um biénio; entre os professores catedráticos, podendo ser reeleitos por mais um biénio. A eleição será comunicada ao Governo em lista dúplice, nomeando este um dos eleitos.

Art. 8.º O artigo 45.º passa a ser redigido nos termos seguintes:

Artigo 45.º O ensino é ministrado nas Universidades por professores catedráticos, professores auxiliares, assistentes, professores práticos de línguas vivas, professores contratados e professores e assistentes livres.

Art. 9.º O artigo 47.º passa a ser assim redigido:

Artigo 47.º O recrutamento dos professores catedráticos será sempre, mesmo que se trate de um candidato único, por concurso de provas públicas, que consistirá essencialmente numa lição magistral de duração de uma hora, seguida de argumentação durante o espaço mínimo de meia hora e máximo de uma hora, sobre matéria de qualquer das cadeiras e curso que pertencem ao grupo respectivo, sendo o ponto tirado à sorte com vinte e quatro horas de antecedência.

§ 1.º Além deste poderá haver outras provas, cuja natureza será fixada nas leis orgânicas das diversas Faculdades ou escolas.

§ 2.º Para o julgamento final das provas deverá ser tido em conta o curriculum vitae do candidato.

Art. 10.º O artigo 48.º passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 48.º Poderão concorrer a professores catedráticos, tendo em atenção o disposto no artigo 44.º, os professores catedráticos das outras Faculdades ou escolas congéneres, os professores livres que tenham sido aprovados em mérito absoluto para professores catedráticos, os candidatos livres que tenham sido aprovados em mérito absoluto para professores auxiliares e que tenham pelo menos três anos de bom serviço prestado pela Faculdade ou escola respectiva, e os professores auxiliares que tenham sido reconduzidos.

§ único. Quando o quadro geral dos professores catedráticos de uma Faculdade, em efectivo serviço, se encontre reduzido de metade, ou no respectivo grupo não haja professor algum catedrático, pode o Conselho da Faculdade admitir a concurso professores auxiliares que ainda não tenham completado três anos de estágio.

Art. 11.º O artigo 50.º passa a ser redigido nestes termos:

Artigo 50.º Quando um professor catedrático o requerer e houver reconhecida vantagem para o ensino, poderão os Conselhos Escolares propor ao Governo, mediante proposta fundamentada e aprovada pelo menos por dois terços dos seus membros, que o referido professor seja transferido de um para outro grupo dentro da mesma Faculdade ou escola, contanto que tenha dado provas de competência na matéria do novo grupo.

Art. 12.º O § 1.º do artigo 51.º passa a ser redigido nos termos seguintes:

§ 1.º Em qualquer dos dois casos é necessária para a transferência a aprovação de cinco sextos dos membros do conselho da Faculdade ou Escola para onde se pretende transferência.

Art. 13.º O artigo 55.º passa a ter a redacção seguinte:

Artigo 55.º As lições magistrais terão o mínimo de duas e o máximo de três horas semanais, pertencendo aos conselhos das Faculdades fixar essa duração consoante a natureza das disciplinas.

Art. 14.º O artigo 57.º passa a ter a redacção seguinte:

Artigo 57.º Os professores não podem faltar em cada curso, sem perda de vencimentos, mais de duas vezes em cada mês ou o número correspondente contado no fim do ano ou semestre lectivo, conforme se trate de um curso anual ou semestral.

§ 1.º Os professores recebem por ano o seu vencimento quando por motivo justificado as suas cadeiras deixem de ter frequência, desde que publiquem as respectivas lições ou apresentem um trabalho de investigação pessoal sobre assuntos da mesma cadeira ou curso, se o conselho da Faculdade o considerar equivalente à publicação das lições.

§ 2.º Estando o professor ausente do serviço por doença, mantém-se o seu vencimento de categoria na integral até seis meses, findo o qual período lhe poderá ser concedida ainda uma licença especial, sem vencimento e por tempo não superior a um ano, sob proposta de uma junta médica a que o requerente será para esse fim submetido.

§ 3.º Se, findo o prazo fixado no parágrafo anterior, o professor não puder regressar ao serviço, ser-lhe há concedida licença limitada ou a aposentação, quando assim o requerer nos termos legais.

Art. 15.º O artigo 63.º passa a ter a redacção seguinte:

Artigo 63.º O recrutamento dos professores auxiliares, atendendo ao disposto no artigo 44.º, será sempre por concurso de provas públicas, que serão as seguintes:

a) Uma prova escrita;
b) Uma lição sorteadas com antecipação de vinte e quatro horas, seguida de argumentação, durante o espaço mínimo de meia hora e máximo de uma hora, sobre matéria de qualquer das cadeiras ou cursos que pertençam ao grupo respectivo;
c) Defesa de uma dissertação impressa expressamente elaborada para esse fim e constituindo um
trabalho original sobre um assunto respeitante às disciplinas do respectivo grupo. A dissertação será entregue com a antecedência de quarenta e cinco dias e a sua defesa terá a duração mínima de uma hora e não excederá uma hora e meia.

§ 1.º Além destas provas, poderá ainda haver uma prova prática, cuja natureza constará das leis orgânicas das respectivas Faculdades ou Escolas.

§ 2.º As matérias sobre que recorrerá a prova escrita serão indicadas no programa do concurso publicado no Diário do Governo.

§ 3.º Os pontos para a licença sorteadas serão em número de vinte e oito estabelecidos com dez dias de antecedência.

§ 4.º Na apreciação final das provas deverá entrar em linha de conta o currículum vitae do candidato.

Art. 16.º O artigo 64.º passa a ter a redação seguinte:

Art. 64.º Poderão concorrer a professores auxiliares, tendo em vista as disposições do artigo 44.º, os professores auxiliares das outras Faculdades ou escolas congêneres e os doutores.

Art. 17.º O artigo 65.º passa a ser redigido nos seguintes termos:

Artigo 65.º O júri, presidido pelo reitor, será constituído pelos professores catedráticos da Faculdade ou escola respectiva, tendo como auxílios pelo menos dois professores do grupo, e, em caso de necessidade, do grupo afim.

§ 1.º A votação do júri é por escrutínio secreto.

§ 2.º O reitor terá voto como os outros vogais do júri, se for professor da Faculdade; no caso contrário, só votará, se houver empatia.

Art. 18.º O artigo 66.º passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 66.º O recrutamento dos assistentes será feito por concurso documental entre os licenciados no grupo ou secção correspondente, a um tempo entre os indivíduos habilitados com um curso superior, no qual esteja compreendido o estado da matéria profissiada no respectivo grupo.

§ único. Além do concurso documental haverá também uma prova prática nas condições determinadas na lei orgânica da respectiva Faculdade ou escola.

Art. 19.º O artigo 67.º passa a ser assim redigido:

Artigo 67.º Este concurso é feito perante o Conselho Escolar, que votará por escrutínio secreto sob parecer escrito devidamente fundamentado de uma comissão de professores, do que farão parte os do grupo respectivo e os que constituírem o júri da prova prática.

Art. 20.º O artigo 70.º passa a ser redigido nos termos seguintes:

Artigo 70.º Os professores auxiliares ficam sujeitos a recondução ao fim de um estágio de três anos; os assistentes ficam sujeitos a duas reconduções, a primeira ao fim de dois anos de estágio, a segunda ao fim de cinco anos.

§ 1.º O conselho da Faculdade ou escola respectiva, examinando os trabalhos dos estagiários e tendo em conta o relatério escrito, devidamente fundamentado, dos professores catedráticos do grupo correspondente, deliberará sobre a recondução, dei-

xando de fazer parte do corpo docente os estagiários que não fôrem reconduzidos.

§ 2.º As reconduções efectuar-se-ão no fim de cada ano lectivo em sessão do conselho, expressamente convocado.

Artigo 21.º O artigo 74.º passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 74.º Os conselhos das Faculdades e escolas poderão autorizar os candidatos aprovados em mérito absoluto no concurso para professor catedrático, bem como os candidatos aprovados em mérito absoluto em concurso para professores auxiliares, a fazer cursos livres sobre assuntos da sua escola. Cabe-lhes nesse caso a designação dos professores livres. Do mesmo modo os candidatos aprovados no concurso para assistentes e que figurarem fora do quadro poderão, sob a designação de assistentes livres, prestar serviço.

§ único. Se o curso livre pertence ao quadro da Faculdade ou escola, a frequência desse curso tem valor igual à dos cursos oficiais.

Art. 22.º O artigo 75.º passa a ter a redacção que segue:

Artigo 75.º As Faculdades ou escolas poderão contratar, como professores, diplomados e estrangeiros ou individualidades nacionais eminente nas letras ou nas ciências, desde que os seus recursos o permitam ou tenham para isso subsídio do Estado. Poderão ainda em caso de necessidade propor, para professores auxiliares provisórios, indivíduos doutorados na respectiva secção ou licenciados que tenham feito um curso distinto ou que tenham publicado trabalhos originais sobre a matéria da secção ou grupo correspondente.

§ 1.º A proposta inicial para um e outro caso será feita por escrito, e fundamentada e assinada pelos professores do grupo, devendo ser aprovada, pelo menos, por dois terços dos membros do conselho, expressamente convocado para esse fim.

§ 2.º Os professores auxiliares provisórios deverão ser reconduzidos cada ano.

§ 3.º Os licenciados que, depois de três anos de exercício do lugar de professor auxiliar provisório, não estejam doutorados não poderão ser reconduzidos enquanto não obtiverem o grau de doutor.

§ 4.º Aos actuais assistentes provisórios das Faculdades de Letras e de Direito e aos primeiros assistentes provisórios da Faculdade de Medicina, de Ciências e de Farmácia que, à data da publicação deste decreto, não estejam doutorados e que exercem as suas funções há mais de um ano, é concedido o período máximo de dois anos, a partir da referida data, para obterem o grau de doutor.

§ 5.º É feito por contrato o provimento dos lugares de professores praticos de línguas vivas da Faculdade de Letras, nos termos das respectivas leis orgânicas.

Art. 23.º O artigo 78.º passa a ser redigido nos seguintes termos:

Artigo 78.º A matrícula na Universidade só é autorizada mediante exame de admissão.

§ 1.º Este exame será feito perante a Faculdade ou Escola em que o aluno pretende inscrever-se e constará de provas escritas, as quais serão aprecia-
das e julgadas por um júri de nomeação do Go-

verno, que funcionará em Lisboa, junto do Minis-
tério da Instrução Pública, e será constituído por
professores catedráticos ou auxiliáres das três Uni-
versidades.

§ 2.º Haverá dois júris: um para os candidatos
to matrícula nas Faculdades de Letras e de Direito
ou para os que se destinam às Faculdades de
Ciências, Medicina, Engenharia e Farmácia, consi-
derando-se como candidatos à matrícula nas três
últimas Faculdades os alunos que pretendam fre-
quentar as respectivas cadeiras preparatórias pro-
fessadas na Faculdade de Ciências.

§ 3.º O serviço a que se refere o parágrafo ante-
rior é obrigatório e prevê a qualquer outro ser-
vício público.

§ 4.º O regime destes exames, que se realizarão
no mês de Outubro, será fixado em diploma espe-
ciais, que deverá ser publicado até o dia 30 de Abril,
ão podendo o respectivo programa ultrapassar o
âmbito dos programas liceais e devendo sempre in-
cluir as disciplinas de língua portuguesa e história
pátria.

§ 5.º Só poderão ser admitidos aqueles exames
individuais com o curso complementar dos liceus e
estudantes nacionais que tenham feito no estran-
geiro cursos por lei equivalentes aos nossos ou que
apresentem diplomas estrangeiros, cuja equivalên-
cia seja reconhecida pelo Governo, ouvido o Con-
selho Superior de Instrução Pública.

§ 6.º O presidente do júri enviará sempre à Co-
missão Orientadora do Ensino Secundário um rela-
tório circunstanciado, do qual constarão obrigató-
riamente as suas impressões sobre a habilitação dos
alunos nas diferentes disciplinas e a indicação dos
louces em que cada um deles tenha completado o
respective curso complementar.

§ 7.º Os vogais e presidente do júri terão uma
gratificação, respectivamente, de 205 e 255 por
cada sessão.

§ 8.º Para os efeitos do parágrafo anterior, a
aprovação e julgamento das provas de cada grupo
de dez alunos corresponderá a uma sessão.

§ 9.º As propinas destes exames são fixadas em
1003.

Art. 24.º O artigo 79.º passa a ser assim redigido:

Art. 79.º Os alunos admitidos requerem a matrícula
ao reitor pela Secretaria Geral da Universi-
dade, a qual tem de fazer-se dentro dos prazos
fixados. O requerimento pode ser apresentado por
procurador bastante do aluno, podendo o termo de
inscrição ser também assimado por procurador.

§ 1.º Quando o termo de inscrição for assimado
por procurador, é indispensável, para a validade da
inscrição, que seja referendado pessoalmente pelo
aluno dentro do prazo de quinze dias depois da
abertura das anuais.

§ 2.º O aluno pode mudar de Faculdade dentro
da mesma Universidade e frequentar outra Facul-
dade ou Escola sem pagamento de nova matrícula,
mas sujeitando-se ao pagamento da propina
de transferência.

Art. 25.º O artigo 84.º passa a ter a redação se-
guente:

Artigo 84.º As Universidades abrem no dia 1 de
Outubro e fecham no dia 31 de Julho, o que repre-
senta o ano escolar. O ano lectivo começa a 16 de
Outubro e termina a 20 de Junho, podendo este
término ser antecipado até vinte dias quando os con-
selhos das Faculdades por necessidade do serviço
assim o entenderem.

§ 1.º O ano lectivo poderá ser dividido, para
efeito de regência de cursos semestrais, em dois se-
mestrais lectivos: o de inverno, de 16 de Outubro
até 31 de Maio; e o de verão, que começa em
1 de Junho e termina no dia 31 de Julho.

§ 2.º As férias serão de dezesseis dias pelo Natal
(até às 7 de Janeiro), e de dezesseis dias pelo Carnaval
(até às 31 de Março e 12 de Maio).

Art. 26.º O artigo 87.º passa a ser assim redigido:

Artigo 87.º A prestação de provas práticas é
obrigatória para todos os alunos tanto ordinários
como voluntários, devendo o regime de frequência
dos cursos práticos ser determinado nas leis orgâ-
nicas de cada Faculdade, consoante a índole e a ne-
cessidade do respectivo ensino.

Art. 27.º O artigo 89.º passa a ter a seguinte reda-
ção:

Artigo 89.º Os exames finalizam-se no mês de
Junho a Julho, e a frequência das res-
pectivas disciplinas.

§ único. Para os alunos que, em virtude da or-
ganização actual do regime de estudos da Facul-
dade ou escola a que pertencem, não podem fazer
em Outubro só para as cadeiras de que na época nor-
mal não tenham prestado provas.

Art. 28.º O artigo 90.º passa a ser redigido nos se-
guintes termos:

Artigo 90.º Os exames finais efectuam-se pe-
rante um júri constituído por um presidente e dois
vogais, pelos menos, e constarão sempre de provas
escritas e orais, e ainda de provas práticas nas dis-
ciplinas que natureza o permint.

Art. 29.º O artigo 93.º passará a ser do teor se-
guente:

Artigo 93.º Os alunos que não tenham compare-
cido aos exames efectuados no ano a que se re-
ferem o artigo 89.º, ou que, tendo iniciado as suas
provas, hajam desistido, deverão inscrever-se de
novos nas respectivas disciplinas para poderem ser
admitidos a novo exame.

§ único. Três reprovações ou desistências no mes-
smo exame final excluem o aluno da Faculdade ou
escola.

Art. 30.º O artigo 95.º passa a ter a redação que
segue:

Artigo 95.º As Universidades conferem os graus
de Bacharel, de licenciado e de doutor, prerrogativa
que só às mesmas pertence.

Art. 31.º Os artigos 96.º e 97.º passam a constituir o
artigo 96.º, que terá a seguinte redação:

Artigo 96.º A concessão dos graus universitários
será regulada nas leis orgânicas de cada Faculdade
ou escola.
§ 1.º Poderá conferir-se o grau de doutor Homem-Casa a individualidades eminentes dignas dessa distinção.

§ 2.º A investidura do grau de doutor será feita pelo reitor em acto solene.

§ 3.º Poderá ser conforido o grau do doutor, com dispensa de prestação de provas, aos professores catedráticos que o não possam.

§ 4.º Os resultados dos exames de candidatura aos diferentes graus universitários será expresso em valores, nos termos do artigo 92.º do Estatuto da Instituição Universitária.

Art. 32.º O artigo 109.º passa a ser do teor seguinte:

Artigo 109.º São reintegradas nas Universidades respectivas as Escolas Normais Superiores de Lisboa e Coimbra.

Art. 33.º O artigo 110.º passa a ser assim redigido:

Artigo 110.º Os actuais vice-reitores, directores de Faculdades ou escolas, delegados dos professores catedráticos das várias Faculdades ou escolas ao Senado Universitário, que há mais de seis anos estejam desempenhando os seus cargos, e os secretários e bibliotecários das Faculdades ou escolas, que os desempenhem há mais de quatro anos, devem do exercer aquelas funções, procedendo-se a nova eleição, não podendo ser reeleitos ou incluídos nas respectivas listas a apresentar ao Governo sem que decorram para os vice-reitores, directores das Faculdades ou escolas, delegados dos professores ao Senado Universitário, três anos e para os secretários e bibliotecários dois anos.

§ 1.º As eleições resultantes do cumprimento deste artigo efectuar-se-ão dentro de quinze dias após a data da publicação do presente decreto.

§ 2.º Os actuais vice-reitores, directores das várias Faculdades ou escolas, delegados dos professores catedráticos ao Senado Universitário, secretários e bibliotecários das Faculdades ou escolas, que estejam no exercício das suas funções respectivamente há mais de três e de dois anos e há menos de seis e de quatro anos, serão exonerados a medida que completarem respectivamente dois triênios e dois biênios, procedendo-se a nova eleição dentro dos quinze dias lectivos imediatos, não podendo ser reeleitos, ou incluídos nas respectivas listas a apresentar ao Governo antes de decorridos respectivamente três anos e dois anos.

Art. 34.º O artigo 113.º passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 113.º Os actuais assistentes das Faculdades de Letras e de Direito e os primeiros assistentes das Faculdades de Medicina, de Ciências, e de Farmácia passam a ter a designação de professores auxiliares, e os actuais segundos assistentes das Faculdades de Medicina, de Ciências e de Farmácia passam a ter a designação de assistentes. Os actuais professores contratados de línguas vivas das Faculdades de Letras passam a ter a designação de professores práticos, respectivamente de francês, inglês e alemão.

Art. 35.º Os concursos abertos durante o presente ano lectivo para professores catedráticos e professores auxiliares das várias Faculdades realizar-se hão nos termos da legislação em vigor à data deste decreto, regulando-se também por essa legislação as admissões dos candidatos.

§ único. Os candidatos que estejam nas condições legais e queiram concorrer às vagas existentes nas várias Faculdades à data da publicação do presente decreto, utilizando a disposição transitória deste artigo, enviarão, dentro do prazo de um mês, declaração nesse sentido ao Ministro da Instrução Pública, que mandará abrir os respectivos concursos.

Art. 36.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força do lei pertencer o cumprir e façam cumprir e guardar tam inteiramente como não se contém.


Decreto n.º 16:624

Tendo em consideração os relevantes serviços prestados ao País pelo professor Dr. José Leite de Vasconcelos, promovendo a fundação e dirigindo durante trinta e cinco anos o Museu Etnológico Português, repositório de preciosos elementos para os estudos etnográficos:

Tendo ainda em atenção a devotada abnegação com que aquele professor tem dedicado as suas extraordinárias faculdades de investigação e de crítica não só àqueles estudos como aos de filologia e arqueologia, contribuindo de forma muito valiosa para o conhecimento da língua e do povo português;

Atendendo a que é de justiça significar a gratidão nacional àqueles que, como o professor Dr. José Leite de Vasconcelos, consagram todo o seu esforço e inteligência ao serviço da ciência e da Pátria;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:381, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ao Museu Etnológico Português será dado o nome de Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.

Art. 2.º O professor Dr. José Leite de Vasconcelos é nomeado director honorário do referido Museu, sem remuneração.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.